

A Comissão sobre a Educação para o século XXI reuniu-se durante três anos para “acalorada discussão e acurada reflexão” (p. 9) sob a presidência de Jacques Delors, diretor geral da UNESCO, e tendo como membros, In'am Al Mufti, Isao Amagi, Roberto Carneiro, Fay Chung, Bronislav Geremek, William Gorham, Aleksandra Kornhauser, Michael Manley, Marisela Padrón Quero, Marie-Angelique Savané, Karan Singh, Rodolfo Stavenhagen, Wyong Won Sur e Zhou Nauhao.

Todos, providos das mais diversas matrizes filosóficas e culturais, bem como de uma flagrante variedade de enquadramentos econômicos e sociais não visaram a elaborar uma carta precisa para a descoberta do tesouro – esse, cada um terá de “descobrir no seu espaço próprio, com base numa introspeção permanente que a busca de sentido para a vida e para a existência, cada vez mais impõe” (p. 9).

Partindo do tema nuclear do relatório – a Educação é a fonte inesgotável das expectativas e aspirações humanas – a tese desenvolvida é a de que “a Educação pode fazer a diferença” (p. 10): o projeto educativo do século XXI há de se caracterizar por notável sintonia de entendimento, apesar dos contrastes de valores e experiências, bem como de uma visão comum e um futuro compartilhado na direção de uma sociedade aberta e sem fronteiras” (p. 10)

O prefácio considera a educação como utopia necessária, “trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais de paz liberdade e justiça social” (p. 11)

Num quadro determinado pela globalização, a comissão selecionou várias questões fundamentais, tais como:

DELORS, Jacques (org.) et al.  
**Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 3. ed.  
Porto: ASA, 1998. 256p.

1) Tríplice desafio do futuro: “desenvolvimento humano sustentável, compreensão mútua entre os povos e renovação da vivência concreta da democracia” (p. 14).

2) Tensões a ultrapassar entre o global e o local, o universal e o singular, a tradição e a modernidade, as soluções a curto e a longo prazo, a competição e a igualdade de oportunidades, o progresso científico e a capacidade de assimilação, o espiritual e o material.

3) Pensar e construir o nosso destino comum na perspectiva da globalização, sem contudo ignorar a “busca de suas raízes e referências” (p. 15).

4) Apresentar a educação, ao longo de toda a sua vida, no coração da sociedade, ultrapassando a distinção tradicional entre a educação inicial e educação permanente. Caracterizar a educação continuada, como “exigência para compreender melhor o outro e o mundo na compreensão mútua e entre-ajuda pacífica” (p. 18).

5) Repensar e interligar as diferentes seqüências da educação. “Ao centrar suas propostas em torno do conceito de educação ao longo de toda a vida, confirma a importância vital do ensino básico, secundário e superior” (p. 20) e ultrapassar o dilema da seleção, que multiplica o insucesso, a exclusão social e a massificação, e que nivela e sacrifica a promoção dos talentos.

6) Encarar o ensino superior numa perspectiva que considere a UNIVERSIDADE como local de ciência, e de qualificação profissional, recinto privilegiado de educação permanente, parceiro de cooperação internacional; só assim ela “ultrapassará o confronto entre a lógica

do serviço público e a lógica do mercado de trabalho” (p. 23).

7) Levar a bom termo as estratégias da reforma educacional, levando professores, pais e alunos a aceitarem e concretizarem as reformas necessárias, desde que estas não sejam “reformas em cascata e/ou aquelas que são soluções demasiado técnicas ou radicais” (p. 24).

8) Alargar a cooperação internacional a toda a aldeia global, seguindo as seguintes recomendações: educação de jovens e mulheres, percentagem mínima de verbas destinadas à educação, troca entre dívida e educação, difusão de novas tecnologias, mobilização de iniciativas não governamentais, numa perspectiva de parceria e não de assistencialismo.

A primeira parte – HORIZONTES – é constituída de três capítulos:

O capítulo 1 – *Da comunidade de base à sociedade mundial* – afirma que: “hoje em dia, grande parte do destino de cada um de nós, quer queiramos ou não, joga-se num cenário de escala mundial” (p. 31). São aqui discutidos os seguintes temas: um planeta cada vez mais povoado; para uma mundialização dos setores de atividade humana; a comunicação universal; os vários rostos de interdependências planetária; um mundo de multiriscos; o local e o global; compreender o mundo e compreender o outro. Eis a justificativa: tudo isso se constitui em “tarefa universal e o papel concreto que a educação deve desempenhar, permitindo o acesso a todos os conhecimentos” (p. 44).

O capítulo 2 – *Da coesão social à participação democrática* – desenvolve

os seguintes temas: uma educação à prova de relações sociais; a educação e a luta contra as exclusões; educação e dinâmica social: princípios de ação; participação democrática, educação cívica e práticas de cidadania; sociedades de informação e sociedades educativas.

O capítulo 3 – *Do crescimento econômico ao desenvolvimento humano* – demonstra que os avanços do desenvolvimento econômico se devem, antes de mais nada, à capacidade dos seres humanos de dominar e organizar o meio ambiente em função de suas necessidades, isto é, à ciência e à educação. Diversos temas são tratados: um crescimento econômico mundial profundamente desigual; a procura de educação para fins econômicos; desigualdade na distribuição dos recursos cognitivos; participação das mulheres na educação como alavanca essencial do desenvolvimento; uma reflexão necessária sobre os prejuízos decorrentes do progresso; crescimento econômico versus desenvolvimento humano; educar para o desenvolvimento humano.

A segunda parte – PRINCÍPIOS – igualmente é constituída de três capítulos:

O capítulo 4 fala dos quatro pilares da educação (1. aprender a conhecer; 2. aprender a fazer; 3. aprender a viver juntos; 3. aprender a ser): “A educação deve organizar-se à volta de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para o indivíduo, os pilares do conhecimento” (p. 77).

A educação assim concebida “como um todo, deve inspirar e orientar as refor-

mas educativas, tanto ao nível da elaboração de programas, como de definição de novas políticas pedagógicas” (p. 88).

O capítulo 5 tem com título *Educação ao longo de toda a vida*. Segundo os autores, as sociedades modernas se complexificam aumentando sua dinâmica, a educação ocupa cada vez mais espaço na vida das pessoas, devido ao prolongamento da vida escolar, atualização contínua das ciências e dos saberes, redução do período de atividade profissional, prolongamento da expectativa de vida e aumento do tempo disponível para o lazer e outras atividades. É necessário por outro lado repensar a educação permanente, agora caracterizada como continuada. “Doravante, temos de aprender ao longo de toda a vida e seus saberes penetram e enriquecem os outros” (p. 89). Fazem parte do artigo os seguintes temas: uma exigência democrática; uma educação pluridimensional; novos tempos e novos campos; a educação no coração da sociedade; para um aproveitamento das sinergias educativas; aprender na empresa e na escola; política inovadora da escolha do tempo de trabalho com vista a salvaguardar o emprego e a melhorar a qualidade de vida.

A terceira parte – ORIENTAÇÕES – compreende quatro capítulos:

O capítulo 6 aborda a questão *Da educação básica à universidade*. O autor defende que, longe de se oporem educação formal e informal elas devem fecundar-se mutuamente. É tanto na família como na educação básica “que se forjam as atitudes perante a aprendizagem, que durarão ao longo de toda a vida”; é então que se aprende a exercer

a sua curiosidade em relação ao mundo que o rodeia”... (p.103)

Os temas que ali aparecem são: a educação básica como passaporte para a vida; o trabalho infantil no mundo de hoje; a educação pré-escolar; crianças com necessidades específicas; alfabetização de adultos; participação e responsabilidade da coletividade; ensino secundário como placa giratória de toda uma vida; diversidade do ensino secundário; orientação profissional.

Tanto a educação básica como o ensino secundário e superior devem “privilegiar sempre a relação professor/aluno, sabendo que as tecnologias mais avançadas só poderão contribuir para a relação (transmissão, diálogo e confrontação) entre quem ensina e quem é ensinado” (p. 128 ).

O capítulo 7 – *Os professores em busca de novas perspectivas* – tem em vista o papel ambicioso da educação no desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades, pressupondo que “todos vão ser convidados a aproveitar as ocasiões de aprender que se lhes oferecem ao longo da vida” (p. 131). Isso significa que se espera e se exige muito dos professores, pois depende deles, em grande parte, a concretização desta aspiração. “Os professores têm um papel determinante na formação de atitudes – positivas ou negativas – perante o estudo, desenvolvendo a curiosidade, autonomia e rigor intelectual; a importância do papel do professor enquanto agente de mudança, favorecendo a compreensão mútua e a tolerância, nunca foi tão patente como hoje em dia. É por isso que são enormes as responsabilidades daqueles a quem cabe formar o espírito e

o caráter das novas gerações” (p. 131). Eis por que, para melhorar a qualidade da educação é preciso “melhorar o recrutamento, formação, estatuto social e condições de trabalho dos professores, pois só assim eles poderão responder ao que deles se espera” (p. 131). Os temas que aparecem são: escola aberta ao mundo; aspirações e responsabilidades; ensinar como uma arte e uma ciência; qualidade dos professores; normas para recrutamento; formação inicial, formação contínua; professores de formação pedagógica; controle e gestão; condições de trabalho, meios de ensino e participação de agentes exteriores à escola; aprender o que ensinar e como ensinar; professores em ação; participação dos professores nas decisões relacionadas com educação e condições propícias a um ensino eficaz.

O relatório apresenta neste item, entre outras recomendações, a de que “o professor deve ser reconhecido como “mestre” pela sociedade e dispor de autoridade necessária e dos meios de trabalho, aperfeiçoamento e licença adequados” (p. 143).

O capítulo 8 – *Opções educativas: o papel do político* – reconhece as exigências que os sistemas educativos façam mais e melhor, diante das solicitações do desenvolvimento econômico e social e das exigências éticas e culturais. “Todos esperam, pois, algo da educação: crianças, jovens, adultos, pais, trabalhadores, desempregados, empresas, coletividades, governos, todos põem a esperança nela” (p. 145).

E as opções educativas, mesmo difíceis e inspiradas em princípios comuns, podem variar segundo os países,

apesar da coerência que deve haver entre as opções e as estratégias adotadas. É, principalmente, “ao político que cabe abrir um verdadeiro debate da sociedade sobre as opções econômicas e financeiras, que garantam ao mesmo tempo a estabilidade do sistema educativo e a coerência ao estabelecer prioridades” (p. 145).

Eis os temas de que trata: opções educativas e opções da sociedade; a procura da educação; avaliação e debate público; oportunidades oferecidas pela inovação e descentralização; associar diferentes atores ao projeto educativo; favorecer verdadeira autonomia das escolas; necessidade de uma regulamentação conjunta da educação; opções econômicas e financeiras, o peso das dificuldades financeiras e recursos públicos destinados à educação; prioridade à educação básica no investimento público; recurso para os meios oferecidos pela sociedade da informação e impacto das novas tecnologias na sociedade e na educação, em direção a uma sociedade que aprende (revolução midiática).

Acrescenta o relatório: “O desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação deve suscitar uma reflexão conjunta sobre o acesso ao conhecimento no mundo de amanhã, visando o aperfeiçoamento do ensino à distância e a formação contínua dos professores” (p. 168).

O capítulo 9 – *Cooperação internacional: educar a aldeia global* – aborda a globalização, traço característico de nossa época, pondo “em relevo, a amplitude, urgência e complexidade dos problemas a enfrentar pela comunidade internacional”. Acrescenta: “Irreversível,

a globalização exige respostas globais e a construção de um mundo melhor é tarefa para todos nós” (p. 169).

A cooperação em educação é a resposta mais fundamental no contexto geral dos esforços dos múltiplos parceiros dessa e nessa tarefa. Marcos dessa ação conjunta e interdependente dos diversos países são as conferências mundiais e projetos concretos organizados pela ONU, desde 1985, passando pelas intervenções para assegurar a paz e a segurança em diversas partes do mundo (de 11, em 1987, para 78, em 1994), tendo em vista “o aparecimento, no século XXI, duma sociedade verdadeiramente mundial” (p. 170). Eis os temas tratados: as mulheres e os jovens numa educação para a igualdade; educação e desenvolvimento social; a conversão das dívidas em proveito da educação; observatório UNESCO das novas tecnologias da informação; a passagem da assistência para a parceria; cooperação multilateral; programas europeus ERASMUS e SÓCRATES; cientistas, investigação e intercâmbios internacionais; missão renovante da UNESCO.

Na área da educação “faz-se sentir a necessidade de uma cooperação internacional, tarefa não só dos responsáveis pelas políticas educativas e dos professores, mas de todos os atores da vida coletiva” (p.1 80).

O EPÍLOGO apresenta a síntese: “Vindos de horizontes diferentes, apoiados em experiências variadas, os membros da Comissão Internacional contribuíram muito para a originalidade dos trabalhos, pela diversidade de seus pontos de vista” (p.183). E continua o relatório: como foram tratados “um núme-

ro restrito de temas julgados significativos para o futuro da educação, a necessidade de seleção deixou forçosamente de lado, questões de interesse primordial para alguns" (p. 183). São essas as colaborações de onze membros da comissão que concluem o texto com sua contribuição pessoal que, de forma clara e específica, nos transmitem a diversidade de opiniões e a riqueza das discussões sobre os problemas abordados.

Há, ainda, vários anexos (oito, precisamente) sobre os trabalhos da comissão, visando a informações atualizadas sobre o assunto.

Relembrando as palavras de Roberto Carneiro, ex-ministro da Educação de

Portugal e integrante da Comissão Internacional: novo século, tempo de esperança por excelência, encerra um precioso tesouro, que pode ser a chave da conversão de uma utopia inalcançável, em visão motora e mobilizadora das consciências e das boas vontades. Esse fabuloso tesouro a descobrir pelas gerações vindouras, que pode constituir os alicerces de um "humanismo para o séc. XXI" é nada mais, nada menos que a educação (p. 9).

"Que l'éducation est un trésor".  
(O tesouro está na educação)

Maria Helena G. R. de Paula